



Vizinhanças de parentesco¹

**urbanismo, arquitetura
e vida coletiva no
Afro-pacífico colombiano**



Gilma Mosquera Torres

Universidad del Valle - Colômbia

Ángela María Franco Calderón

Universidad del Valle - Colômbia

TRADUÇÃO:

Ariane Fagundes Braga

¡DALE! / UFBA, UNILA

REVISÃO DA TRADUÇÃO:

Oswaldo Freitez Carrillo

¡DALE! / UFBA

Vizinhanças de parentesco: urbanismo, arquitetura e vida coletiva no Afro-pacífico colombiano

Resumo

As comunidades afrodescendentes que habitam a região colombiana do Pacífico têm tradições e características culturais que denotam o grande significado que a vida em comunidade representa para elas. A partir dessa premissa e, diante de um processo de pesquisa de longa duração, foram identificados as vizinhanças de parentesco como formas de representação socioespacial da vida coletiva nessas comunidades, fundamentadas em princípios como a solidariedade, a troca e a cooperação. Por meio da lente do urbanismo e da arquitetura vernácula, este artigo explora os princípios básicos da vida coletiva como tradição cultural, partindo da análise do povoamento rural para logo identificar a reinterpretação de características próprias desse povoamento nos núcleos urbanos. Recorrendo a análises tipológicas em diversas escalas e em diversos âmbitos, busca-se demonstrar a persistência das vizinhanças de parentesco até hoje e contribuir ao debate sobre as políticas públicas que vem desconhecendo as tradições culturais arraigadas nesses territórios, mediante a imposição de um urbanismo e de uma arquitetura genéricos nos projetos de moradia social.

Palavras-chave: Pacífico colombiano; vizinhanças de parentesco; territórios coletivos; arquitetura vernácula; Habitação social.

Los vecindarios parentales: urbanismo, arquitectura y vida colectiva en el afro-pacífico colombiano.

Resumen

Las comunidades afrodescendientes que habitan la región Pacífica colombiana tienen tradiciones y rasgos culturales que denotan el gran significado que tiene para ellos la vida en comunidad. Partiendo de esa premisa, y mediante un proceso investigativo de larga duración, se han identificado los vecindarios parentales como formas de representación socio-espacial de la vida colectiva en estas comunidades, fundamentadas en principios como la solidaridad, el intercambio y la cooperación. A través del lente del urbanismo y la arquitectura vernácula, este artículo explora los principios básicos de la vida colectiva como tradición cultural, partiendo del análisis del poblamiento rural para luego identificar la reinterpretación de rasgos propios de este poblamiento en los núcleos urbanos. Recurriendo a análisis tipológicos en diversas escalas y ámbitos, se busca demostrar la persistencia de los vecindarios parentales hasta hoy y contribuir al debate sobre las políticas públicas que vienen desconociendo las tradiciones culturales arraigadas en estos territorios, mediante la imposición de un urbanismo y una arquitectura genéricos en los proyectos de vivienda social.

Palabras Clave: Pacífico colombiano, vecindarios parentales, territorios colectivos, arquitectura vernácula, vivienda social.

Kinship neighborhoods: urbanism, architecture and collective life in the Colombian Afro-Pacific.

Abstract

The Afro-descendant communities that inhabit the Colombian Pacific region have traditions and cultural characteristics that denote the great significance that community life represents for them. Based on this premise, and in the face of a long-term research process, kinship neighborhoods were identified as forms of socio-spatial representation of collective life in these communities, founded on principles such as solidarity, exchange, and cooperation. Through the lens of urbanism and vernacular architecture, this paper explores the basic principles of collective life as a cultural tradition, starting from the analysis of rural settlement to then identify the reinterpretation of characteristics of this settlement in urban centers. Using typological analyses at different scales and in different contexts, we seek to demonstrate the persistence of kinship neighborhoods until today and to contribute to the debate on public policies that have been ignoring the cultural traditions rooted in these territories by imposing a generic urbanism and architecture in social housing projects.

Keywords: Colombian Pacific; kinship neighborhoods; collective territories; vernacular architecture; social housing.



Introdução

De acordo com números oficiais da Enquete de Qualidade de Vida (ECV) 20183, na Colômbia, 9,34% da população, ou seja, cerca de 4,7 milhões de pessoas, se autorreconhecem como afrodescendentes (DANE, 2019). Delas, cerca da metade, vive nos quatro departamentos que conformam a Região do Pacífico4 (Ver Fig. 1). No entanto, a ação de reconhecer-se como pertencente a um dos grupos étnicos adotados oficialmente está restrita pelo racismo e pela discriminação social, pela percepção da identidade cultural, a condição socioeconômica e os modos de pensar e interagir na sociedade e no mundo.

Embora os afrodescendentes que moram nesta região caracterizem-se pela riqueza da sua cultura e pela persistência das suas tradições, enfrentam, como população, as maiores taxas de necessidades básicas insatisfatórias, pobreza e analfabetismo do país. Diante de uma realidade difícil, os seus esforços coletivos por alcançar justiça social, proteção dos seus direitos territoriais ancestrais e os seus valores culturais, as minorias étnicas afrodescendentes conseguiram reconhecimento na Constituição Política da Colômbia, adotada pelo Congresso em 1991, em que se estabelece o seguinte:

Dentro dos dois anos seguintes à entrada em vigência da presente Constituição, o Congresso expedirá [...] uma lei que reconheça as comunidades negras que vêm ocupando terras baldias nas zonas rurais ribeirinhas dos rios da costa do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva sobre as áreas que haverá de demarcar a mesma lei [...] A

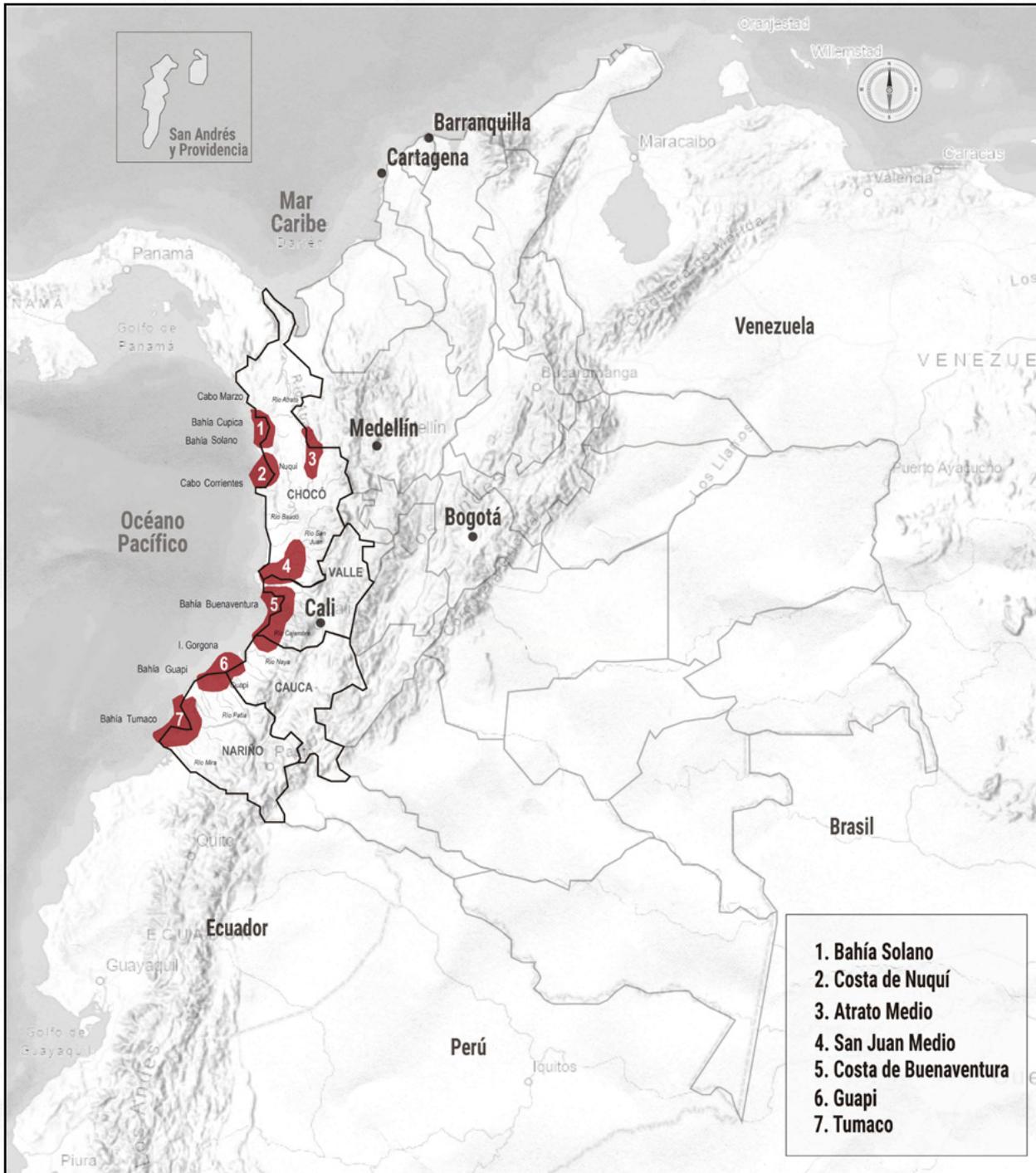
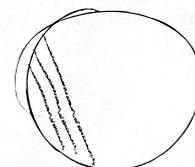


Figura 1: Localização da Região do Pacífico. Fonte: Mosquera (2010 p. 17).



mesma lei estabelecerá mecanismos para a proteção da identidade cultural e os direitos dessas comunidades, e para o fomento de seu desenvolvimento econômico e social. (CONGRESSO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, 1991, ART. TRANSITÓRIO N. 55)

Em cumprimento a este mandato constitucional, o Congresso aprovou, em 1993, a Lei 70; uma lei que hoje considera-se o instrumento mais importante para implementar ações concretas com a finalidade de preservar os direitos culturais e civis das comunidades afro-colombianas. O objetivo dessa lei é o seguinte:

[...] Reconhecer as comunidades negras que vêm ocupando terras baldias nas zonas rurais ribeirinhas da costa do Pacífico, de acordo com suas práticas tradicionais de produção, o direito à propriedade coletiva [...] Também tem como propósito estabelecer mecanismos para a proteção da identidade cultural e os direitos das comunidades negras da Colômbia como grupo étnico e o fomento do seu desenvolvimento econômico e social, com a finalidade de garantir que essas comunidades obtenham condições reais de igualdade e de oportunidades diante do resto da sociedade colombiana (CONGRESSO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, 1993, ART. 1).

Neste contexto, este artigo enfoca-se em ressaltar o valor do *coletivo* no Afro-Pacífico colombiano, mediante a análise das vizinhanças de parentesco (MOSQUERA Y APRILLE-GNISET, 1999; 2001; 2006; 2010) como configurações socioespaciais próprias das comunidades rurais desta região do país, que persistiram durante o tempo e, inclusive, se deslocaram a núcleos urbanos. Ter o foco da análise posto nas vizinhanças de parentesco como representação físico-espacial e sociocultural do valor da vida coletiva no Afro-Pacífico representa uma oportunidade dupla. Por um lado, contribui para explicar a relação entre formas não convencionais de ocupação do território rural — diferente da retícula imposta pelas Leis das Índias — e tradições culturais relacionadas com os modos de transmissão do solo produtivo e residencial e à adaptação dos assentamentos e moradias ao entorno natural. Por outro lado, permite demonstrar a persistência das tradições culturais dessa população, que transferiu formas de ocupação que eram nitidamente rurais a núcleos urbanos denotando a urgência de colocar em discussão as políticas de planejamento e de habitação social as quais promovem os projetos distantes das tradições culturais que, apesar de terem muitos fatores contrários, conseguem resistir nessa região do país.

A pesquisa em que se fundamenta este artigo parte de uma catalogação prévia dos componentes espaciais do que se considerou como patrimônio arquitetônico do Pacífico colombiano, com base nas análises das características físico-espaciais e socioculturais do hábitat rural e urbano. Os resultados apresentados aqui são parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla, realizada no marco de um trabalho de campo de longa duração ao longo da Costa Pacífica, realizado principalmente entre 1978 e 2010 nas sete zonas do litoral apresentadas na (Ver Fig. 1).

Com base no anterior, este artigo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta as características da ocupação do território rural, sua história e sua evolução, dando ênfase no papel da família, a outorga da herança em vida e a importância do espaço coletivo na configuração das aldeias e dos núcleos territoriais demarcados pelo município, assim como a transformação da moradia rural ao longo do tempo. A segunda seção aborda o deslocamento das tradições rurais aos núcleos urbanos mediante a consolidação gradual das vizinhanças de parentesco, e igualmente a adaptação das tipologias próprias da moradia autóctone e tradicional a técnicas construtivas e formas de ocupação modernas. Finalmente, a terceira seção apresenta uma série de reflexões finais sobre a necessidade de compreender o significado do coletivo na cultura do Afro-Pacífico colombiano como fundamento para o início de projetos estatais de moradias direcionados a essa população.

A ocupação do território rural

Na arquitetura e no urbanismo próprios dos assentamentos rurais e dos pequenos centros urbanos do Pacífico colombiano, identificam-se claramente os estreitos vínculos que existem entre a estrutura da família, as relações de parentesco, as modalidades de povoamento e a organização do espaço familiar e coletivo. Essas condições foram identificadas a partir dos trabalhos de Nina de Friedemann (1974 e 1976) e de Virginia Gutiérrez de Pineda (1975) e foram constatados diretamente em estudos e observações realizados desde 1972 até hoje, nos rios Atrato e San Juan, Baía de Solano e os municípios de Nuquí, (TUMACO E BUENAVENTURA; MOSQUERA & APRILE-GNISET, 1999, 2001, 2006; MOSQUERA, 1983, 2010). Essas indagações permitiram estabelecer a forma como os hábitats rurais evoluíram progressivamente desde a conformação da parcela isolada por meio do desmonte das terras livres até a constituição do hábitat nucleado em casarios e centros urbanos menores e intermediários.

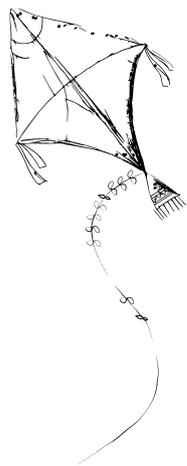
O espaço familiar e o espaço coletivo

Durante a época colonial, um número importante de africanos escravizados foram levados à costa do Pacífico colombiano para realizar trabalhos forçados na mineração e na exploração de outros recursos naturais. Enquanto as cidades da região andina floresceram sob as Leis das Índias — uma base legal emitida pela coroa espanhola — os territórios isolados da região do Pacífico foram vistos como lugares de exploração. Na atualidade, apesar da Colômbia contar com uma legislação moderna sobre os direitos das minorias étnicas, as comunidades afrodescendentes e indígenas do litoral Pacífico estão longe de receberem um reconhecimento e apoio pleno do Estado, pois seus territórios mantêm os piores indicadores de pobreza e qualidade de vida (GALVIS, MOYANO & ALBA, 2016).

Em contraste com essa difícil realidade, a vida coletiva tem, nesta região, conotações especiais. A partir do ponto de vista físico-espacial, está representada por padrões urbanos e arquitetônicos que foram usados pelas comunidades na construção de seus povoados. Alguns desses elementos foram se desenvolvendo com uma forte influência de referências africanas e indígenas e, foram modificados, durante mais de 500 anos, para se adaptarem a um contexto cultural, social e ambiental variável, modelos que ainda persistem, apesar da incidência constante de fatores externos. A partir do ponto de vista cultural, tradições como gastronomia, oralidade, dança e música fazem parte de um patrimônio intangível único que caracteriza a cultura do Afro-Pacífico colombiano. Sua persistência pode ser explicada mediante a análise do importante papel que representa a vida coletiva nessas comunidades, fundamentada em princípios como a troca, a cooperação e a solidariedade.

Com uma população composta majoritariamente por afrodescendentes e comunidades indígenas, os assentamentos rurais nesta região do país consolidaram-se seguindo uma lógica diferente dos assentamentos coloniais da região andina, como resultado da simbiose de valores culturais e de práticas territoriais, sociais e produtivas das duas culturas predominantes no território. De fato, durante a época colonial, uma das principais características dos assentamentos do Afro-Pacífico foi a consolidação dos *territórios coletivos*, contrapostos à ideia de propriedade privada imposta pela coroa espanhola como parte do processo fundacional.

Os novos assentamentos que se constituíram nos territórios coletivos seguiram padrões urbanísticos relacionados com a herança cultural africana e indígena e às



duras condições ambientais da selva úmida tropical. As formas de ocupação territorial desses povos têm as seguintes características (Ver Fig. 02): **1)** As aldeias estão situadas ao longo dos rios e do mar e constituem-se em um tipo de hábitat anfíbio devido à compreensão das mudanças do nível de água e à incorporação dessas mudanças nas tipologias construtivas. **2)** Os povoados são pequenos e estão dispersos ao longo da costa. **3)** Os espaços públicos adquirem mais importância que os privados e os eventos coletivos que se realizam neles são essenciais para a vida em comunidade. **4)** Os primeiros povoadores têm vínculos consanguíneos ou de parentesco ritual e organizam-se espacialmente de acordo com eles e os ramos da descendência (DE FRIEDEMANN, 1974 e MOSQUERA 1999; 2001).



Figura 2: El Charco, Nariño. Fonte: OSSO, Universidad del Valle. Localização da Região do Pacífico. Fonte: Mosquera (2010 p. 17).

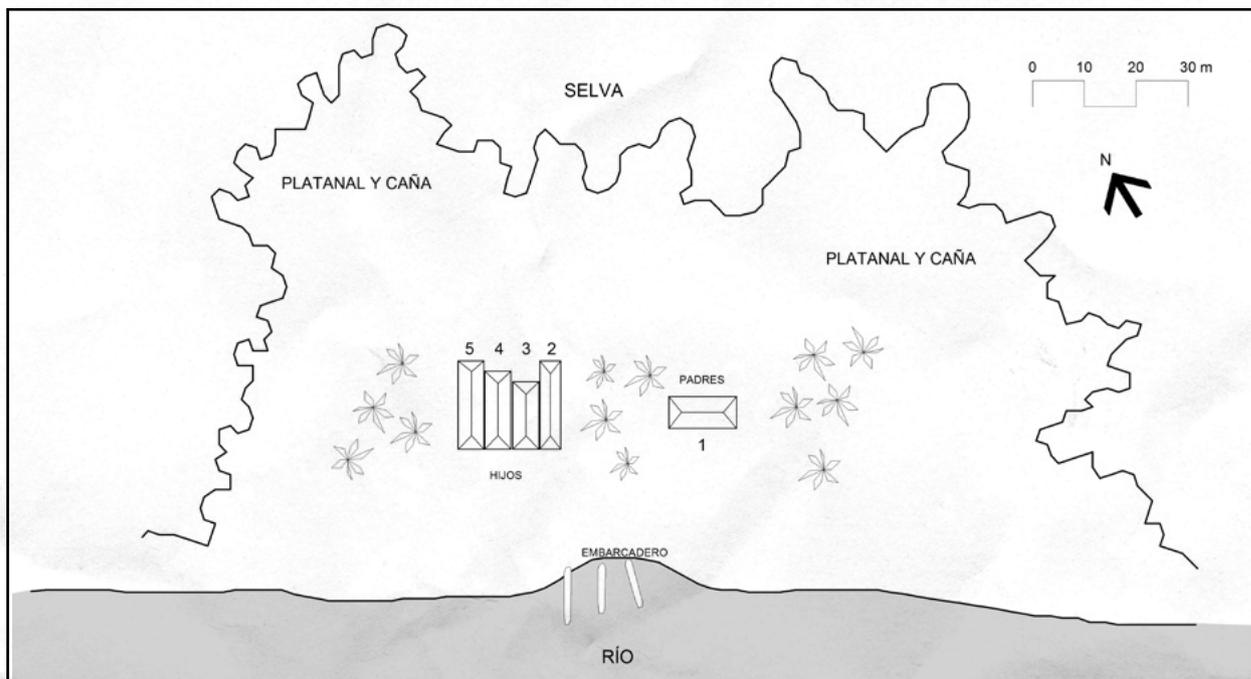


Figura 3: Vizinhança de parentesco Los Potes (1995), rio Anchicayá. Fonte: Mosquera (2010, p. 135).

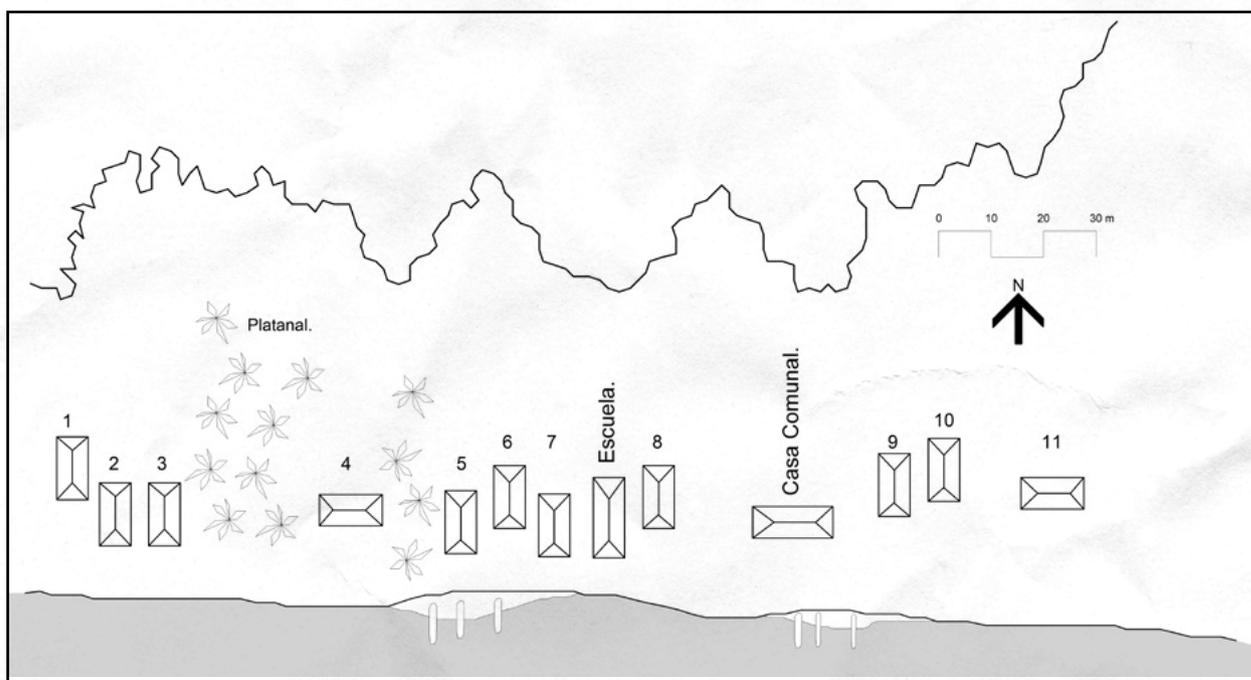
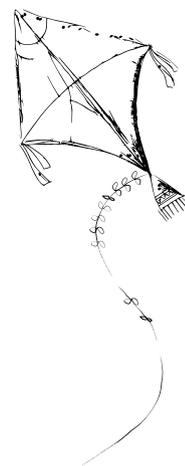


Figura 4: Vizinhança de parentesco de (1995), rio Mallorquín. Fonte: Mosquera (2010, p. 135).

Este último ponto é o que dá origem à análise das vizinhanças de parentesco rurais, como a forma típica de ocupação territorial que garantiu a vida familiar e comunitária. Construídos, ao longo do tempo, em territórios ancestrais e como resultado de subdivisões dos terrenos originais por herança, as aldeias consistem no resultado da soma desses bairros definidos como:

Agrupações de casas pertencentes a lares de um mesmo grupo ou tronco parental [...] sendo uma manifestação dos estreitos vínculos que caracterizam o modelo de povoamento e organização espacial adotado pelas comunidades afrodescendentes tradicionais (MOSQUERA, 2010, p. 134).



Isso significa que as novas moradias que acolhem os lares recém-constituídos são construídas em um pedaço de terra paterna ou materna que se transfere como herança quando os possuidores ainda estão vivos. Essa decisão garante que as novas gerações tenham um lugar onde viver e formar uma família, ao mesmo tempo que, garante que os mais jovens permaneçam perto dos seus pais e avós para cuidar-los (Ver Fig 3 e 4). Dessa maneira, a vizinhança de parentesco constitui-se na "célula" da vida coletiva que vai se expandindo com o tempo, a medida que as famílias crescem e se multiplicam em um lugar.

Pela sua configuração espacial e social, os espaços compartilhados das vizinhanças de parentesco constituem-se em uma das expressões culturais de mais importante valor atribuído à vida comunal. Essa característica cultural persiste até hoje como representação do significado que se dá ao território como bem comunitário, mais, também da resistência a centenas de anos de pressão colonial e neocolonial. Por exemplo, a rua principal, que costuma estar situada no espaço entre o mar ou o rio e a primeira fila de casas, é utilizada para todo tipo de atividades: o jogo, a conversa com os vizinhos, a lavagem das roupas, as festas dos padroeiros e as celebrações sagradas como procissões religiosas e funerais. (Ver fig 5 e 6).

Nesses bairros, as famílias apoiam-se mutuamente para enfrentar os problemas e as eventualidades da vida cotidiana e doméstica, compartilham os momentos de alegria, celebração ou dor pela morte de algum de seus membros. Neste sentido, esse tipo de ocupação do território que persiste no Afro-Pacífico colombiano constitui-se no instrumento mais poderoso para manter uma vida familiar e comunitária articulada aos espaços de uso coletivo.

A casa rural: persistências e transformações

No processo de transformação dos habitats rurais incidem de maneira definitiva tanto na multiplicação das famílias assentadas no território quanto a vinculação dos habitats e seus habitantes aos mercados urbanos. A trajetória demográfica dos assentamentos expressa-se em diferentes fases de consolidação da moradia durante as quais transformam-se as tipologias construtivas e formais. No entanto, persistem a força dos laços familiares, de companheirismo e de amizade e as relações solidárias de troca e retribuição próprias das comunidades domésticas.

É assim como, no transcurso dos anos, e três ou quatro gerações, após o enraizamento da família pioneira e o incremento da produção agrícola que proporciona excedentes para a venda, o local de trabalho ou a moradia precárias de palmeiras é substituído por uma moradia estável com madeiras serradas e cobertas com telhas de cartão ou metálicas. Essa última embeleza-se com grades de ventilação, varandas decoradas e pinturas de cores fortes e contrastantes. (Ver Fig 7 e 8).

Simultaneamente, foi produzido um processo de diferenciação social dos habitantes. Enquanto a maioria continua com atividades agrícolas e pesqueiras de subsistência, alguns se inserem em atividades de colheita, distribuição comercial da produção e abastecimento de mantimentos. Além disso, o estabelecimento de serviços públicos, como a escola e o posto de saúde, significa a presença de pessoas assalariadas, nativas ou procedentes de outros povoados, que se diferenciam no conjunto da comunidade rural e cuja condição socioeconômica expressa-se pela diferenciação da moradia, seja pelos novos materiais utilizados na sua construção ou pela abundante decoração da moradia com madeiras.

Não muda somente a tecnologia da casa, muda também a concepção e a amplitude de seus espaços, de uma casa albergue para dormir e proteger-se dos animais e dos espíritos da floresta, se passa a uma moradia onde se recebem os parentes e amigos da mesma maneira que são realizados trabalhos de pequeno comércio cotidiano; na parte frontal instalam-se a sala e uma loja, se aumenta e melhora a cozinha a qual se configura em um volume posterior separado (Ver Fig 9).

As mudanças na sociedade e os novos conceitos sobre o modo de habitar manifestam-se na fabricação de casas que adotam tecnologias de tipo moderno e introduzem estruturas em concreto, tijolo e blocos de cimento, muitas vezes acompanhadas de cercas e divisões de madeiras serradas. (Ver Fig 10 e 11) A recente possibilidade de

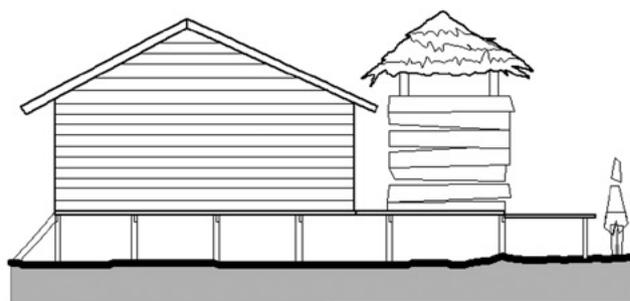
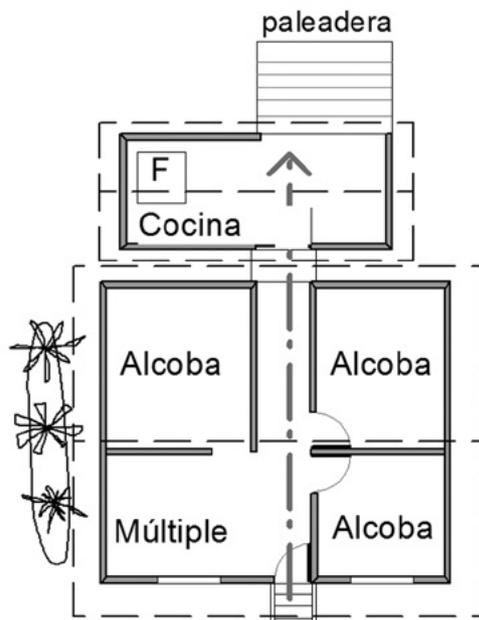


Figuras 5 e 6: fotos de cerimônia fúnebre em Playa Huina, Baía Solano.

Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset (2009).



Figuras 7 e 8: Moradia rural autóctone em Huina, Baía Solano (1986) e moradias tradicionais com madeiras serradas e telhas de produção industrial em Charambirá, Valle del Cauca (1995). Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset.



**ALZADOS TIPO TRANSICIÓN
AUTÓCTONO a TRADICIONAL**

Figura 9: Casa rural tradicional com cozinha em estrutura independente, construída com madeira serrada e teto de fabricação industrial. Fonte: Mosquera (2010, p. 77).

cozinhar com gás ao invés de lenha implica na melhoria da cozinha e, com isso, aos espaços destinados à lavagem de roupa que substituem os antigos lugares de reunião e tarefas femininas no rio ou nas margens dos riachos.

A tradição cultural rural no espaço urbano

Como territórios essenciais para as atividades coletivas, as vizinhanças de parentesco, arraigadas na cultura dos povoadores rurais, foram se deslocando gradualmente aos centros urbanos. A migração dos habitantes do campo que, na América Latina acelerou-se depois da década dos anos trinta e que, na Colômbia, alcançou a categoria de êxodo massivo impulsionado pela violência nos anos 1940, 1950 e 1960, teve menor intensidade na região do Pacífico que em territórios rurais andinos. No entanto, desde as últimas décadas do século XX, as cidades mais importantes do litoral Pacífico, assim como as capitais próximas ao litoral, foram receptoras de um número importante de camponeses migrantes forçados que foram despojados de seus territórios em decorrência do conflito armado ou por atividades de controle territorial inerentes ao narcotráfico e à exploração ilegal de recursos naturais (principalmente minérios e madeira). Com a chegada massiva de habitantes rurais do litoral nas cidades, foi possível evidenciar, com maior clareza, a consolidação e a expansão de vizinhanças de parentesco em cidades como Buenaventura, Quibdó e Tumaco, com populações acima de 100.000 habitantes. Como veremos a seguir, tanto esta característica própria da cultura Afro-Pacífica rural, quanto os elementos característicos da moradia, foram reinterpretados nos bairros e nas casas autoprozuidos nos núcleos urbanos.

Os bairros de produção popular nas cidades do Afro-Pacífico

Nas cidades, a relação entre moradia e cultura manifesta-se em modalidades de ocupação do espaço residencial com alta influência das redes familiares e de parentesco consanguíneo e ritual. É possível encontrar setores de bairros ou ruas onde predomina um grupo familiar que foi se assentando no lugar a partir da chegada e da instalação de uma primeira família, geralmente migrante de áreas rurais. Identificam-se, nesses casos, dois modos de constituição do vizinhança de parentesco: o primeiro por subdivisão do terreno original, se esse tiver capacidade para albergar novos lares e



Figura 10: Casa de transição ao moderno no rio Mallorquín, Município de Buenaventura.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset (2006).



Figura 11: Casas de tipo moderno. Mallorquín, Município de Buenaventura.
Fonte: Arquivo pessoal de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset (2006).

casas, muitas vezes configurando ruelas; o segundo, por adição de terrenos vizinhos que vão ocupando de fato ou comprando de familiares e de compadres que seguem o caminho traçado por famílias pioneiras. Dessa maneira, a periferia da quadra urbana é ocupada primeiro e depois são feitas a construção de casas no interior, na parte dos fundos das casas ou nos recuos e interstícios que ficam entre as moradias. Inicialmente gerados tanto pela necessidade de respeitar a queda das águas dos beirais, quanto pela proteção contra a expansão do fogo em caso de incêndio nas casas de madeira e teto de palha (Ver Fig. 12).

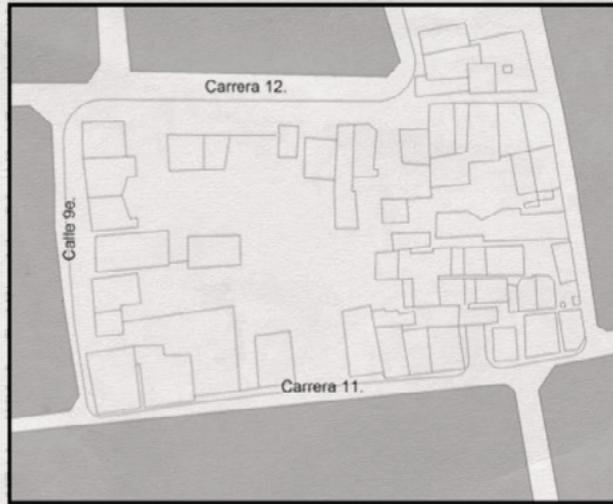
Apesar da possibilidade de conservar a tradição de viver com a família estendida, as partilhas dos lotes urbanos e a conformação de ruelas para dar lugar a filhos e parentes próximos, implicam em altos índices de ocupação e construção, a uma crescente densidade residencial e, ainda, a uma degradação das condições de habitabilidade.

A moradia urbana: do tradicional ao genérico

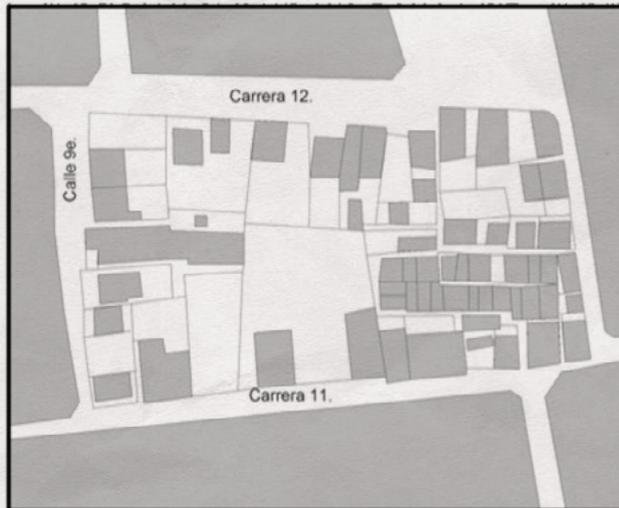
Embora, nas áreas rurais, as palafitas foram a tipologia de moradia que permite uma interação direta e proveitosa com a água, nas cidades, esse tipo de moradia é considerada um fenômeno novo resultante da escassez de solo urbano disponível para as casas pobres. No caso de Buenaventura, por exemplo, essa tipologia apareceu massivamente depois da década de 1960, também é igualmente encontrada em outras cidades litorâneas de tamanho médio, como Tumaco e Guapi (MOSQUERA, 2010, P. 19) (Ver Fig. 13). Apesar da sua riqueza tipológica e da sua singularidade, a casa sob palafitas é a viva representação da precariedade e da instabilidade social nas comunidades de recursos econômicos baixos que vivem nas zonas urbanas. O histórico abandono por parte do Estado, junto ao acesso restrito ao terreno de baixo custo para moradia social, obrigou aos habitantes urbanos pobres a autogerirem alternativas que lhes permitam viver na cidade, mesmo que seja na periferia e com o risco latente de serem afetados por desastres naturais próprios das regiões entremarés.

Tanto nas tipologias de moradias tradicionais como nas modernas, a madeira continua sendo um material relevante para a construção e o ornamento das fachadas com grades e elementos vazados em cores chamativas e contrastantes que se transformaram em uma das expressões estéticas mais importantes para os habitantes. Os conjuntos de casas decoradas em uma mesma rua ou setor urbano expressam os laços de identidade cultural, vizinhança e solidariedade próprios das comunidades afrodescendentes do Pacífico.

1985



1993



Familia Quintero

1998



Figura 12: vizinhança de parentesco urbano – Família Quintero--encontrado na cidade de Tumaco. Fonte: Moquera (2010, p. 147).

Com o transcurso do tempo e mediante processos de autoconstrução individual, as casas vão sendo melhoradas tanto em aspectos técnico-construtivos quanto em aspectos relativos ao conforto e à qualidade. Assim, as casas de madeira e sobre pilotes de madeira, de um ou dois andares, dominam o centro das quadras e as ruelas interiores e, coexistem com construções de tipo moderno localizadas na rua principal, que usam alicerce e placas de concreto, tijolos e blocos de concreto, algumas em duas plantas, além de numerosos locais comerciais ou artesanais, com destaque aos pequenos escritórios familiares e lojas de bairro.

Apesar dos baixos níveis de qualidade de vida e dos altos índices de pobreza, ao que se deve somar o conflito interno e o controle territorial por parte do crime organizado, essas comunidades encontraram a forma de preservar as manifestações tradicionais rurais em uma linguagem estética no urbano. A arquitetura da casa no Pacífico transforma-se, então, em uma das expressões culturais mais importantes que suportaram a pressão moderna. No entanto, também é verdadeiro que esta debilitou-se rapidamente, abrindo espaço para formas e materiais genéricos que podem ser encontrados em outras zonas do país.

De fato, os projetos recentes de moradia social construídos no Pacífico, particularmente em Buenaventura, desconhecem por completo a riqueza dos valores culturais e das expressões formais e estéticas do urbanismo e da arquitetura do Afro-Pacífico. Como acontece com os Macroprojetos de Interesse Social Nacional (MISN)⁵ que sob critérios de planejamento, ordenamento territorial, riscos que não podem ser mitigados por fenômenos naturais e proteção ambiental, além de baixas condições de habitabilidade, definem a realocação de numerosas famílias mediante operações de grande escala que causam grandes transformações culturais e físico-espaciais, afetando as práticas ancestrais de ocupação e de construção do território e expulsam as comunidades dos habitats que produziram e desenvolveram ao longo de décadas. Exemplo disso são o MISN San Antonio em Buenaventura e o de La Yesca em Quibdó.

O primeiro pretende a realocação de 3.400 famílias que habitam o setor sul-ocidental da Ilha El Cascajal, argumentando o risco de tsunamis. A primeira etapa deste projeto foi desenvolvida com o traslado de 568 famílias das zonas de maré baixa a um setor periférico do continente, com o propósito de viabilizar o projeto Malecón Bahía de la Cruz, adotado pelo governo como estratégia para transformar Buenaventura em atrativo turístico de abrangência mundial e evitar que a zona liberada voltasse a ser ocupada. Iniciou-se, em simultâneo, a execução de 250 casas destinadas a mães

chefes de família e famílias desalojadas (GARCÍA, 2016). A população reacomodada não encontrou, em seu novo hábitat, condições que restituíssem os modos de vida e de produção existentes em El Cascajal e que lhes proporcionassem um mínimo de conforto e de habitabilidade nas novas casas que foram edificadas com um sistema construtivo industrial que permitia a pré-fabricação das casas, as quais porem não se ajustavam aos requisitos ambientais e socioculturais, nem de qualidade da edificação. As famílias foram retiradas de um contexto territorial de localização central, próximo aos locais de trabalho onde pescavam, viviam e interagiam sendo trasladadas a um espaço em que sofrem com problemas de mobilidade, transporte, educação e saúde, pois, quatro anos após a realocação, ainda não haviam sido construídos os recursos e os serviços necessários e prometidos à comunidade.

Conclusões

Apesar da resistência dos habitantes do Pacífico colombiano, as atuais circunstâncias econômicas e políticas estão contribuindo ao desaparecimento do patrimônio cultural que destacamos ao longo deste artigo. A vulnerabilidade social, ideológica e econômica, as iniciativas derivadas de um modelo desenvolvimentista adotado governo após governo e a migração forçada que pressionou soluções rápidas de moradia à população deslocada que tenta restituir sua vida e seu hábitat nas cidades, começando desde zero, são fatores centrais que estão influenciando na perda dos valores ancestrais e da arquitetura tradicional dos assentamentos urbanos e rurais do Afro-Pacífico colombiano. Nesse contexto, as ameaças contra a riqueza material e cultural desses grupos em um país como a Colômbia, que se reconheceu abertamente como uma nação multicultural, podem ser resumidas da seguinte maneira:

a) *Persistência da negligência governamental:*

Os habitantes da costa Pacífica seguem tendo os maiores índices de pobreza e os mais baixos indicadores de qualidade de vida da Colômbia. Essa condição não tende a melhorar substancialmente, pois o investimento público foi historicamente insuficiente. Além disso, os novos projetos realizados na região estão baseados em um enfoque descendente de “modernização e desenvolvimento” que ignora os padrões tradicionais de hábitat e construção, substituídos por modelos forâneos inadequados para as condições geográficas, ambientais e sociais desta região. Incluídas as políticas de habitação de interesse social, nas quais a imposição de técnicas construtivas que



descartam as formas ancestrais de construir como princípio para a construção de novos projetos.

b) Exploração sem controle dos recursos naturais:

Apesar de o Congresso colombiano ter aprovado a Lei 70 em 1993, de maneira semelhante ao que aconteceu no final do século XIX e princípios do século XX, o governo segue outorgando concessões a empresas estrangeiras para a exploração de ouro, prata e outros minérios, bem como para a extração de madeira dos bosques nativos. Além disso, os Conselhos Comunitários, criados para protegerem os territórios ancestrais, estão sendo enganados para cederem as terras coletivas ou o direito de sua exploração a terceiros. No entanto, a destruição do território não se deve somente a atividades econômicas legais, porém ao fato de que a região também está afetada pelos cultivos ilícitos vinculados ao narcotráfico e à exploração de recursos não renováveis por meio da mineração ilegal.

c) Deslocamento forçado e disputas internas pelo território:

Os habitantes do Pacífico colombiano continuam sendo vítimas do deslocamento forçado como consequência de uma guerra interna desencadeada por grupos armados de diferentes origens (guerrilha, paramilitares, narcotraficantes, agrupações criminosas, entre outros) para controlar o território (UNHCR, 2017). Os dados recentes demonstram que, embora haja avanços em relação à titulação coletiva de terras ancestrais, essa medida foi insuficiente para acabar com a expulsão violenta e massiva das comunidades da região. Entretanto, embora tenham as probabilidades contra, as comunidades do Pacífico colombiano continuam a sua resistência, lutando por serem visíveis em um país que as ignorou durante séculos.

Figura 13. Casa tradicional em Buenaventura. Foto: Juan Carlos Dávila (2010).





Notas

1 Nota do revisor da tradução [N.R.T.]: No texto original em espanhol, as autoras utilizam a expressão "Vecindario parental". Essa expressão foi empregada pela arquiteta Gilma Mosquera Torres ao longo de suas pesquisas para descrever a ocupação costeira e ribeirinha das comunidades afro-colombianas na região do Pacífico, ressaltando a importância dos laços de sangue ou rituais de parentesco na organização da vida e ocupação coletiva desses espaços por diferentes gerações, inclusive nas áreas urbanas. Optamos por traduzir essa expressão como "vizinhança de parentesco" a fim de preservar o sentido original do texto, evitando qualquer confusão com o termo "bairros familiares".

2 Nota da Tradutora [N.T.]: Em espanhol, *Encuesta de Calidad de Vida*, a sigla ECV foi mantida como na língua de partida.

3 Nesta classificação foram incluídas pessoas que se autorreconheceram como negro, mulato, afrodescendente ou afrocolombiano.

4 Os resultados do Censo Nacional de 2018 apresentaram uma redução de 31% da população que se autorreconheceu como afrodescendente (2,95 milhões de pessoas) em relação ao Censo 2005 (4,3 milhões de pessoas). Isso levou a duras críticas sobre metodologia, captura e processamento de dados (El Tiempo, 2019) e obrigou o Departamento Administrativo Nacional de Estatística a analisar dados adicionais da Enquete de Qualidade de Vida (DANE, 2019) para recalcular a população afrodescendente.

5 De acordo com o Ministerio de Vivienda, Ciudad y Territorio (2021), os MISN são "o conjunto de decisões administrativas e de atuações urbanísticas, definidas em comum

acordo com o Governo Nacional e as administrações municipais e distritais [...] para a execução de operações urbanas integrais [...] que garantam a habilitação do solo para a construção da moradia".

Referências

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Constitución Política**, 1991. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Ley 70 de 1993**. Disponível em: <http://www.suinjuriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/1620332>

DE FRIEDEMANN, N. **Minería, descendencia y orfebrería artesanal en el Litoral Pacífico, Colombia**. Universidad Nacional de Colombia, 1974.

DE FRIEDEMANN, N. **Negros: Monopolio de tierra, agricultores y desarrollo de plantaciones de caña de azúcar en el Valle del río Cauca**. In.: **Tierra, tradición y poder en Colombia. Enfoques Antropológicos**. Editora Nina de Friedemann. Bogotá, Colombia: Instituto Colombiano de Cultura, 1976.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Población Negra, Afrocolombiana, Raizal y Palenquera**. Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda, 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/grupos-etnicos/presentacion-grupos-etnicos-poblacion-NARP-2019.pdf>

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Colombia Una Nación Multicultural**. Su diversidad Étnica. Bogotá: DANE, 2017. Disponível em: https://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/colombia_nacion.pdf

EL TIEMPO. El "error" del Dane que borró del mapa a 1,3 millones de afros. **Periódico El Tiempo**, 2019. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/el-er->

ror-del-dane-que-borro-del-mapa-a-1-3-millo-
nes-de-afros-436936

GALVIS-APONTE, L. A.; MOYANO-TÁMARA, L.M.;
ALBA-FAJARDO, C. A. La persistencia de la po-
breza en el Pacífico colombiano y sus factores
asociados. In.: **Documentos de Trabajo sobre
Economía Regional, Banco de la República,
Centro de Estudios Económicos Regionales**
(CEER) No. 238, 2016. Disponível em:[http://
www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/
dtser_238.pdf](http://www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/dtser_238.pdf). Acesso: 26 julho 2022.

GARCÍA R, I. N. **Los grandes proyectos urba-
nos en contextos étnicos. Estudio de caso
Macroproyecto de Interés Social San Antonio
en su relación con el proyecto Malecón Bahía
de la Cruz Buenaventura.** Universidad Nacional
de Colombia, 2016. Disponível em:[https://
repositorio.unal.edu.co/handle/unal/57524](https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/57524).
Acesso: 26 julho 2022.

GUTIÉRREZ DE PINEDA, V. **Familia y cultura en
Colombia.** Instituto Colombiano de Cultura.
Cuarta Edición, 1975.

MINISTERIO DE VIVIENDA, CIUDAD Y TERRITORIO.
¿Qué son los Macroproyectos? 2021.

MOSQUERA, G. & APRILE-GNISET, J. Hábitats y
habitantes del Pacífico. Síntesis y reflexiones
finales. Santiago de Cali: CITCE, **Cuadernos,
No. 2.** Universidad del Valle, 1999.

MOSQUERA, G. & APRILE-GNISET, J. **Hábitats y
Sociedades del Pacífico: La Bahía de Solano.**
Santiago de Cali: CITCE, Universidad del
Valle, 2001.

MOSQUERA, G. & APRILE-GNISET, J. **Aldeas de
la Costa de Buenaventura.** Santiago de Cali:
CITCE, Universidad del Valle, 2006.

MOSQUERA, G. **Huina un hábitat elemental de
comunidad doméstica,** Bahía Solano, Chocó. En
Revista Proa No. 319. Bogotá, 1983.

MOSQUERA, G. **Vivienda y arquitectura tradi-
cional en el Pacífico Colombiano.** Santiago de
Cali: Universidad del Valle, 2010.

UNHCR. **ACNUR manifiesta su preocupación por
la situación humanitaria en las comunidades
del Pacífico colombiano,** 2017. Disponível
em:[http://www.acnur.org/noticias/noticia/
acnur-manifiesta-su-preocupacion-por-la-
-situacion-humanitaria-en-las-comunidades-
-del-pacifico-colombiano/ 9/10/2017](http://www.acnur.org/noticias/noticia/acnur-manifiesta-su-preocupacion-por-la-situacion-humanitaria-en-las-comunidades-del-pacifico-colombiano/). Último
acceso: 26 julho 2022.

